

## Referências:

- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996
- INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. *RAP: Revista de Administração Pública*, v: 33, n.5, p. 115-141, set/out 1999:
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986
- SARTRE, J. Paul. *Crítica da razão dialética*. São Paulo: Dp&a, 2002
- TORO, Bernardo. *La comunicación y la movilización social en la construcción de bienes públicos*. Bogotá: BID, 2001.

## CURSO 2

# Estratégia para o trabalho de capacitação de conselheiros de direitos e de políticas públicas

Maria Inês Souza Bravo

Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, Professora Adjunta da UERJ e Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão "Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos da região Metropolitana do Rio de Janeiro".

## Apresentação

O texto pretende problematizar a formação profissional em Ciências Sociais e Humanas na atual conjuntura brasileira, ressaltando a importância da articulação do ensino e pesquisa com as demandas da sociedade. Está estruturado em três itens centrais, a saber:

A direção da formação profissional e a articulação ensino, pesquisa e extensão;

A articulação ensino, pesquisa e extensão no Projeto Políticas Públicas de Saúde;

A condução pedagógica da experiência e os resultados alcançados.

No final, apontam-se alguns elementos para a condução do estágio supervisionado nos Cursos de Serviço Social, que servem também de subsídios para outras áreas das Ciências Sociais e Humanas.

## 1. A direção da formação profissional e a articulação ensino, pesquisa e extensão

Consideram-se como **objetivos gerais da formação acadêmica** dos cursos das Áreas Sociais e Humanas a capacitação competente, crítica e criativa dos alunos para investigação e intervenção na realidade social.

A atual conjuntura brasileira coloca para a formação desses profissionais diversos desafios que precisam ser enfrentados a saber (IAMAMOTO, 1998):

Acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da **totalidade**, identificando suas várias dimensões. Para tal, é preciso **pesquisar** a realidade, pois as profissões atuam na realidade e não sobre a realidade;

Ser um profissional propositivo e não só executivo;

Prevenir-se das armadilhas do teorismo, militantismo e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e prática dos profissionais de forma isolada e, sim, articulada.

Para o alcance desses propósitos é fundamental, na formação, a articulação ensino, pesquisa e extensão. Essa relação não é simples e vem apresentando impasses, principalmente no que se refere à relação da Universidade com a Sociedade. Historicamente, tem-se afirmado que o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis. Entretanto, a dificuldade começa quando a realidade faz novas exigências à academia e não aceita os limites impostos pelo saber sancionado.

As novas demandas ao ensino, pautadas nas características do corpo discente e na realidade social, não mais permitem o uso da sala de aula nos moldes tradicionais. Repensar a extensão é repensar a própria Universidade e seus interesses imediatistas. Implica também em repensar a sala de aula.

Pensada sob a ótica da extensão, a pesquisa e a sala de aula são momentos privilegiados de aquisição de novos conhecimentos. Entretanto, o ensino não se limita a quatro paredes de um recinto fechado, embora não exclua momentos imprescindíveis de transmissão do saber. A pesquisa também não fica isolada em uma torre de marfim, principalmente a pesquisa que interessa às Ciências Sociais e Humanas.

A extensão, a partir dessas pontuações, não é a simples **prestação de serviços** para levantamento de recursos para manutenção da universidade, muito defendida pelos adeptos da contra reforma do ensino superior, nem a eventual prestação de serviços em áreas carentes da sociedade. Considera-se **extensão** como mediação entre o conhecimento acumulado e as diversas formas de divulgação e elaboração de novos conhecimentos, a partir das demandas sociais. Nessa concepção, torna-se fundamental a articulação com o ensino e a pesquisa na busca de relações democráticas com a sociedade, visando a superar o saber isolado na academia.

Essa perspectiva permite o fortalecimento dos vínculos da Universidade com a Sociedade, ou seja, com os interesses e necessidades da sociedade.

A pesquisa e a extensão devem ocupar, a partir do exposto, um papel fundamental no processo de formação profissional das áreas humanas e sociais que têm uma **dimensão prático-interventiva**, e supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social.

## 2. A articulação ensino, pesquisa e extensão no projeto "Políticas Públicas de Saúde"<sup>1</sup>

O Projeto tem como eixo central a gestão democrática e o controle social na saúde. Pretende fornecer aportes teóricos e críticos que orientem os diversos sujeitos da sociedade civil para análise e intervenção junto à política de saúde. A concepção de controle social utilizada tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com o debate referente à democracia e, na saúde, o movimento de reforma sanitária. Significa a participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais<sup>2</sup>.

A **dimensão investigativa** do mesmo consiste na pesquisa sobre os Conselhos de Saúde na Região Metropolitana do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, ou seja, análise do processo de formação, composição, dinâmica de funcionamento e principais temáticas. Pretende fortalecer a gestão democrática na saúde, analisando esses espaços considerados fundamentais para o trabalho dos profissionais. Os Conselhos são espaços tensos, em que os diferentes interesses estão em disputa. São baseados na concepção de participação social, que tem sua base na universalização dos direitos e em nova relação do Estado com a Sociedade. A sua novidade é a idéia de controle exercido pela sociedade através da presença e da ação organizada de diversos segmentos. Os Conselhos devem ser visualizados como *locus* do fazer político, como espaço contraditório, como nova modalidade de participação, alicerçada nos pilares de nova cultura política, de construção da democracia progressiva, ou seja, a democracia de massas (INGRAO, 1980 e NETTO, 1990).

Além desses elementos, destaca-se o conhecimento dos municípios, do seu processo de descentralização, das condições de saúde.

A investigação realizada pretende também enfatizar a inserção dos trabalhadores de saúde e, mais especificamente, dos assistentes sociais nos conselhos e conferências de saúde, como também dos representantes da sociedade civil. A pesquisa se propõe a caracterizar o potencial político desses trabalhadores e movimentos sociais nos conselhos de saúde e especificar qual a contribuição efetivada pelos diversos sujeitos sociais para o enfrentamento das questões evidenciadas, ou seja, para democratização do espaço público. Precisa-se; entretanto, para conseguir tal objetivo, enfrentar algumas questões centrais que dizem respeito ao funcionamento dos conselhos, como a burocratização das ações, o corporativismo e a não participação real dos sujeitos coletivos.

A **extensão** consiste na assessoria aos diversos sujeitos sociais e tem-se viabilizado através de três grandes frentes de ação: elaboração de planos de saúde, realização de cursos de capacitação de conselheiros e acompanhamento aos conselhos de saúde.

A elaboração de Planos de Saúde<sup>4</sup>, com a participação de representantes das entidades locais de trabalhadores de saúde e movimento popular, consiste em oferecer subsídios para a discussão do sistema municipal de saúde e traçar propostas que possibilitem a construção do Sistema Único de Saúde nos municípios. A proposta metodológica pauta-se no Planejamento Estratégico Situacional, tendo como ponto de partida a identificação e seleção dos problemas baseados nas informações disponíveis sobre a realidade e na análise qualitativa dos sujeitos envolvidos na elaboração do plano.

A experiência de Capacitação de Conselheiros de Saúde tem por objetivo a socialização das informações para os diversos sujeitos sociais no que se refere a: Saúde e Sociedade, Controle Social, Modelo Assistencial e de Gestão, Financiamento e Orçamento e elaboração de proposições a partir dos debates realizados<sup>5</sup>.

Questão que vem preocupando a equipe do projeto com relação à capacitação é a necessidade de aglutinar os conselheiros dos diversos Conselhos, prioritariamente os vinculados à Seguridade Social. Nessa direção, tem-se participado de e/ou organizado cursos de capacitação para conselheiros, procurando discutir esse espaço e democratizar informações relativas a: Política Social no Brasil, Controle Social, Reformas propostas e análise das Políticas Setoriais<sup>6</sup>.

O acompanhamento aos Conselhos de Saúde se efetiva na participação da Equipe do Projeto, nesses fóruns. Como principais demandas, destacam-se a realização de debates para aprofundamento de temáticas que aparecem no cotidiano do Conselho; a elaboração de Projetos de Lei e/ou proposição para criação de Conselhos de Unidades de Saúde; e a criação de Fóruns para articular as regiões que possuem situações de saúde semelhantes.

O **ensino**, através da disciplina Estágio Supervisionado, tem-se viabilizado através do aprofundamento das seguintes temáticas: política de saúde, controle social na saúde, trabalho profissional do assistente social na saúde e nos conselhos de saúde.

Uma das estratégias é buscar articulação com outras disciplinas ministradas no Curso, com destaque para Política Social, Política de Saúde e Trabalho do Assistente Social. Outra preocupação é ultrapassar o ensino restrito à sala de aula, com inserção dos alunos em cursos ministrados para conselheiros, assistentes sociais, participação e organização de eventos.

A disciplina de Estágio Supervisionado na área de Controle Social na Saúde tem promovido, mensalmente, o debate Saúde e Conjuntura, que procura tematizar questões fundamentais da Política de Saúde na atual conjuntura brasileira.

Para finalizar esse item, vão-se ressaltar algumas propostas construídas com base na experiência de articulação ensino, pesquisa e extensão, que visam ao aprofundamento do Controle Social.

Para fortalecimento do Controle Social considera-se fundamental a realização de investigações acerca da temática, bem como a efetivação de assessoria aos Conselheiros de Saúde e dos demais Conselhos de Política Social e de Direitos, como também a preparação de profissionais para lidar com esse novo espaço.

Baseados na reflexão sobre essa experiência ressaltam-se alguns pressupostos que precisam nortear os novos estudos e assessorias, cabendo destacar (BRAVO, 2000):

- A percepção dos Conselhos na relação Estado-Sociedade;
- A valorização dos Movimentos Sociais como relevantes para a ampliação dos direitos sociais;
- A clareza de que os Conselhos não substituem os Movimentos Sociais.

Coerentemente com essa concepção de relação Estado-Sociedade, é preciso evitar algumas distorções presentes, tanto nas investigações quanto na dinâmica dos Conselhos:

Concepção de democracia restrita ao aparelho de Estado (participação consentida);

Concepção dos Conselhos como: espaços de consenso; espaços para controlar conflitos; mecanismos de viabilização das ações do Estado com consentimento da população; parceria entre Estado/Sociedade; populismo e cooptação pela burocracia do Estado; fragmentação da questão social em múltiplos Conselhos, com a participação reduzida da sociedade (os mesmos sujeitos políticos participando de diversos conselhos); apropriação pelo gestor e perda de diálogo com a sociedade.

### 3. Condução pedagógica da experiência

Ao abordar a condução pedagógica da experiência vão-se ressaltar os objetivos gerais que norteiam o projeto, os seus encaminhamentos e alguns resultados alcançados.

## 4. Objetivos gerais

O Projeto tem como objetivos gerais:

Estreitar os laços da Universidade com a Sociedade, respondendo às demandas da sociedade política e civil, ou seja, de órgãos públicos, entidades e associações representativas da sociedade civil (sindicatos, organizações populares);

- Aprofundar o conhecimento sobre a temática;
- Possibilitar a realização de trabalho interdisciplinar e interinstitucional;
- Estabelecer mecanismos de articulação entre o saber acadêmico e o saber popular, entre a produção acadêmica e as lutas sociais por saúde;
- Integrar estágio, projetos de pesquisa e extensão;
- Verificar as tendências do mercado profissional de trabalho;
- Fomentar intercâmbios com outras instituições de pesquisa e da sociedade política e civil;
- Divulgar os resultados obtidos nas investigações e assessorias.

## 5. Encaminhamentos

No encaminhamento pedagógico do mesmo, utilizam-se diversos procedimentos, a saber:

- Aprofundamento teórico dos integrantes da Equipe através de debates, grupos de discussão, leituras;
- Realização de seminários para do processo investigativo e interventivo (assessoria aos sujeitos sociais);
- de reuniões semanais para da pesquisa e extensão com toda a equipe e com participantes das três sub-áreas de ação;
- da documentação relativa à investigação e assessoria;
- dos novos estagiários na temática do Projeto;
- e divulgação da experiência em encontros, seminários, congressos;
- Mobilização dos estagiários para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C) vinculados ao Projeto;
- Divulgação da Pesquisa para os diversos sujeitos sociais envolvidos (entidades da sociedade civil e conselhos);
- Articulação da graduação com a pós-graduação através da inserção dos pós-graduandos no Projeto;
- Articulação com o Programa de Estudos "Política Social e Democracia" que agrupa todos os projetos de pesquisa e extensão da Faculdade de Serviço Social da UERJ referentes à temática.

## 6. Alguns resultados alcançados

Considera-se que, através do Projeto, tem-se alcançado a articulação proposta a partir dos seguintes indicadores:

A maioria dos estagiários tem elaborado seus Trabalhos de Conclusão de Curso (T.C.C) a partir da pesquisa e/ou extensão;

Os estagiários que passaram pelo projeto têm conseguido bons resultados nos concursos realizados, como também ingressado em cursos de pós-graduação;

Aprofundamento teórico da temática, como também estabelecimento de estratégias de intervenção para viabilizar a assessoria;

Articulação graduação x pós-graduação com a inserção de alunos da pós-graduação e elaboração de dissertações de mestrado;

Mobilização dos participantes do projeto para a realização de cursos de pós-graduação e elaboração das dissertações a partir da temática do projeto;

Articulação com outras instituições de pesquisa, cabendo destacar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através das unidades: Escola de Serviço Social, Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, Escola de Enfermagem Ana Nery e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), através da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Centro de Pesquisas do Hospital Evandro Chagas (CPqHEC);

Articulação com entidades da sociedade civil e sociedade política, consolidando os laços em defesa das políticas públicas e dos direitos sociais;

Articulação com o meio profissional, através de debates nas entidades da categoria - Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - e instituições públicas de saúde; Publicação em diversos níveis.

A partir do exposto, vão-se explicitar alguns dados quantitativos.

O projeto tem contado com cinco bolsas de iniciação científica (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação Carlos Chagas Filho do Estado do Rio de Janeiro FAPERJ e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)), duas bolsas de apoio técnico da FAPERJ e uma bolsa de extensão da UERJ, mais estagiários sem bolsa, num total de dez participantes por semestre<sup>7</sup>.

Já foram elaborados, desde 1994, dezesseis Trabalhos de Conclusão de Curso, quatro Monografias de Especialização e três dissertações de mestrado, estando mais três em processo.

A publicação tem sido realizada em dois níveis<sup>8</sup>. Elaboraões para o movimento popular que têm enfatizado: os Planos de Saúde, o Controle Social, a Política de Saúde e textos referentes a temas polêmicos na atual conjuntura. Elaboraões científicas através de artigos em periódicos e anais de congressos nacionais e internacionais, de teses de doutorado, dissertaões de mestrado, monografias de especialização e trabalhos de conclusão de curso.

Em 2000, foi produzida coletânea intitulada "Capacitação para Conselheiros de Saúde: textos de apoio", que será produzida pela UERJ e se encontra no prelo.

## 7. Considerações finais

Considera-se que a perspectiva geral do projeto, bem como sua proposta pedagógica, pode ser adotada nos diversos campos de estágio de formação profissional do assistente social como de outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. Concebe-se que toda **pesquisa** deve ter um vínculo com a extensão e vice-versa, ou seja, os **projetos de extensão** podem-se converter em bases para a realização de pesquisas.

Parte-se da premissa de ser essa estratégia possibilidade real de rompimento com as concepções tecnicistas, politicistas e teoricistas da ação profissional, constituindo recurso indispensável para a compreensão histórica da sociedade brasileira e suas múltiplas formas de desigualdades sociais, bem como dos processos de exclusão delas decorrentes e das lutas empreendidas pelos diversos sujeitos sociais e políticos.

O estágio é um dos espaços privilegiados de contato dos alunos com a questão social, ou seja, o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista. Precisa ter um espaço central na formação profissional.

Percebe-se que os alunos que passam pela experiência de pesquisa e extensão articulada ao estágio têm maiores possibilidades de superar uma das dificuldades centrais da formação, que é o desafio da reconciliação da teoria com a realidade<sup>9</sup>. Essa reconciliação só é possível através da necessária ultrapassagem, tanto do simples acompanhamento do aluno no exercício profissional como da mera reprodução da teoria (IAMAMOTO, 1992 e CASSAB, 2000).

Nessa direção, o projeto analisado neste texto, conforme já referido nos itens anteriores, procura articular as questões teóricas com as demandas propostas na realidade, enfatizando as diversas dimensões do trabalho profissional, ou seja, ético, política, teórica e reflexiva, tendo por base a inserção e investigação das diversas expressões da questão social na realidade brasileira.

As experiências de extensão articuladas ao estágio nos diversos cursos de Serviço Social e outras áreas tiveram um dinamismo na década de 80, sedimentando alguns "campos próprios de estágio", como também favorecendo a atuação junto aos movimentos populares, visando a seu fortalecimento.

Na década de 90, constata-se nas áreas um refluxo das experiências extensionistas e um crescimento das atividades de pesquisa, face ao desprestígio das universidades com relação à extensão. Identifica-se, entretanto, que essas atividades não tiveram e não têm vinculação efetiva com o estágio.

A partir do exposto, considera-se que, na atual conjuntura, deva-se viabilizar a articulação, tanto da pesquisa quanto da extensão, com o ensino, a fim de permitir o atendimento das demandas postas no mercado de trabalho, como também identificar novas demandas que possibilitem a ampliação do espaço ocupacional do Serviço Social, como também das outras profissões vinculadas às Ciências Humanas e Sociais.

Nessa direção, deve-se investir nos campos de maior concentração profissional, como também nas áreas emergentes com potencial para a construção de respostas do Serviço Social e demais profissões, na defesa das políticas sociais públicas e no fortalecimento das lutas dos diversos sujeitos sociais pela preservação de suas condições de vida e trabalho, dos direitos sociais e humanos e do aprofundamento da democracia, na esfera da cultura e da economia.

## Notas

1. Este Projeto é financiado pelo CNPq, FAPERJ e UERJ.
2. CARVALHO (1995) trabalha a evolução do conceito de controle social identificando quatro momentos diferenciados: o Estado controlando a sociedade; a sociedade apenas completando o Estado; a sociedade combatendo o Estado; e a sociedade participando das decisões do Estado. Essa última concepção é a que orienta o movimento sanitário.
3. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por dezoito municípios distribuídos em três sub-regiões, a saber: Metropolitana 1 (Rio de Janeiro), Metropolitana 2 (Baixada Fluminense) e Metropolitana 3 (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Magé e Guapimirim)
4. Elaborados quatro Planos de Saúde com a participação dos Movimentos Sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e um na Baía da Ilha Grande: São Gonçalo (93), Duque de Caxias (95) São João de Meriti (95) e Nova Iguaçu (97) e Paraty (00); além do Diagnóstico da Situação Sócio-Econômica e de Saúde do Município de Queimados (00).
5. O Projeto já realizou sete Cursos de Capacitação na Região Metropolitana: Duque de Caxias (1995 e 1999), São João de Meriti (1996), Nova Iguaçu (1997), Paracambi (1998) e São Gonçalo (1999 e 2000) e um na Baía da Ilha Grande: Paraty (00).
6. O Projeto participou de duas experiências nessa direção: o curso organizado pelo CRESS / 7ª R (1999) e o coordenado pelo Projeto em São Gonçalo (2000), em parceria com a SMDS.

7. Ressalta-se, entretanto, que o quantitativo de bolsas ainda é pequeno, face às demandas e desafios postos ao projeto. A assessoria exige profissional formado e as bolsas de apoio técnico não são valorizadas pelas agências de fomento, com exceção da FAPERJ.

8. Vide Catálogo do Projeto Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Publique 2000.

9. Diversas experiências têm apresentado tal constatação (BRAVO, 1996; ALMEIDA, 1998 e IAMAMOTO, 1998).

## Referências

ABESS / CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional: In: **Serviço Social e Sociedade** (50). São Paulo: Cortez, 1996. p. 143-171

\_\_\_\_\_. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Novos Subsídios para o Debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, p.15-56. 1997

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Extensão e capacitação permanente na Faculdade de Serviço Social da UERJ. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, 1998. p.185-203

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. Rio de Janeiro: Cortez / UFRJ, 1996. 286p

\_\_\_\_\_. et al. Controle social na saúde: uma demanda ao Serviço Social. **Caderno de Comunicações**. 1º Encontro de Serviço Social na esfera da seguridade social no Brasil. Belo Horizonte: CFESS, CRESS/6ª Região/ ABESS, ENESSO, 1997. p. 13-18

\_\_\_\_\_. **Democracia e saúde**. O potencial de intervenção dos movimentos sociais urbanos na formulação das políticas públicas: contribuição a dos conselhos de saúde. Relatórios de Pesquisa enviados ao CNPq. Rio de Janeiro, 1998 / 1999. 50 p. Xerox .

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas de saúde: o potencial dos conselhos da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Projeto de Extensão apresentado a SR 3 / UERJ, Rio de Janeiro, 1999. 15 p. Xerox.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: Desafios para a construção de uma esfera pública democrática**. Revista **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, 1999. p. 29-42.

\_\_\_\_\_. **Gestão democrática na saúde: lutas sociais e trabalho dos profissionais**. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq e UERJ. Rio de Janeiro, 2000. 38 p.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo. **Revista Temporalis**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 1, n.2, p.121-132, jul/dez 2000.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: FASE / IBAM, 1995. 135 p

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992. 216 p

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. 326 p

INGRAO, Pietro. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 312 p

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 143p

PEREIRA, L.C.B.; GRAU, N.C.(Orgs.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 500p

PROJETO POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE. Catálogo. Rio de Janeiro: Publicação Projeto Políticas Públicas de Saúde, 1999. 21 p

## CURSO 3

# Comunicação para mobilização de redes culturais

Emanuela São Pedro, Frederico Vieza, Pedro Souza Pinto, Renata Antunes Frederico

Alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Márcio Simeone Henriques

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Este curso aponta caminhos e ações de comunicação que possam promover a cidadania nos processos de emancipação social. Entendendo a mobilização no campo da cultura como processo de constituição de redes de sujeitos, as estratégias de comunicação são fatores de geração e manutenção dos vínculos dessa rede. A constituição dos movimentos culturais na sociedade contemporânea deve atentar para as funções da comunicação, especialmente no sentido de potencializar o seu valor emancipador. A composição de planos de comunicação para ação cultural por profissionais exige a compreensão de alguns conceitos e métodos necessários para que os objetivos sejam alcançados com sucesso.

## 1. O cenário: comunidades, identidades e multiculturalismo

O contexto das sociedades contemporâneas traz à tona o problema da constituição de identidades culturais específicas que se destacam de uma cultura globalizada. Identidades são identificações em curso, são mutáveis e flexíveis, resultantes de processos transitórios. Isso implica em uma constante negociação de sentidos entre os homens que, ao se relacionarem, partilham visões e crenças. Os sujeitos se reapropriam a todo o momento das mensagens transmitidas por eles e pelos outros, constroem sistemas de símbolos para entenderem o mundo em que vivem e para nele viverem. É por isso que o homem se distingue da natureza: por construir sistemas de significados compartilhados, expressos em uma ordem de representações e comunicáveis por meio de símbolos. O homem se define por meio da cultura.

Para Tacussel (1998), a comunidade começa “no reconhecimento do semelhante e do diferente, do interior e do exterior, do próximo e do distante”. Assim trabalha a dinâmica das relações culturais de uma comunidade: no esforço de se encontrarem como comuns uns aos outros, os indivíduos partilham seus símbolos, o que os leva a forjar suas identidades e a desvelar suas diferenças.